



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



TERMO DE REFERÊNCIA -

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo desta licitação é Registro de preços para futura e eventual prestação de serviço de locação de brinquedos e utensílios destinados à realização de eventos, em atendimento as necessidades do Município de São Geraldo/MG, de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº Item	Descrição mínima dos serviços	Unid.	Quant.	Valor unitário médio	Valor total médio
01	PISCINA DE BOLINHA I: Piscina de bolinha, confeccionada em estrutura de madeira, do tipo MDF, com rede de proteção e colunas em ferro galvanizado. Deve possuir cobertura, do tipo castelinho. Totalmente revestida em rede e lona vinílica. <u>Tamanho 1,5m x 1,5m.</u> Para uso de crianças até 4 (quatro) anos. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 281,67	R\$ 7.041,75
02	PISCINA DE BOLINHA II: Piscina de bolinha, confeccionada em estrutura de madeira, do tipo MDF, com rede de proteção e colunas em ferro galvanizado. Deve possuir cobertura, do tipo castelinho. Totalmente revestida em rede e lona vinílica. <u>Tamanho 2m x 2m.</u> Para uso de crianças até 4 (quatro) anos. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 291,67	R\$ 7.291,75
03	CAMA ELÁSTICA I: Cama elástica, com estrutura em aço galvanizado, com sistema de impulsão por molas iônicas, com lona de salto com proteção UV, com protetor de molas de alta resistência, com rede de proteção confeccionada em polipropileno ou material equivalente, <u>com 2,44m de diâmetro, capaz de suportar até 235KG.</u> Deverá possuir escada, confeccionada em aço galvanizado. <u>Altura mínima: 1,94m.</u> O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 228,33	R\$ 5.708,25
04	CAMA ELÁSTICA II: Cama elástica, com estrutura em aço galvanizado, com sistema de impulsão por molas iônicas, com lona de salto com proteção UV, com protetor de molas de alta resistência, com rede de proteção confeccionada em polipropileno ou material equivalente, <u>com 5m de diâmetro, capaz de suportar até 430KG.</u> Deverá possuir escada, confeccionada em aço galvanizado. <u>Altura mínima: 1,94m.</u> O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 315,00	R\$ 7.875,00
05	CAMA ELÁSTICA INFLÁVEL: Cama elástica inflável, do tipo mini castelinho, produzida em lona de alta resistência, que suporte cerca de <u>100KG</u> , com dimensões mínimas de <u>3x3x1,9m, (CxLxA).</u>	SERVIÇO	25	R\$ 353,33	R\$ 8.833,25



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	Deverá acompanhar motor do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.				
06	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ I: Tobogã inflável, confeccionado em lona de alta resistência, com <u>altura de cerca 4,2m, que suporte cerca de 150KG, com dimensões mínimas de 5x3m (CxL).</u> Destinados a crianças de até 12 (doze) anos. Deverá acompanhar moto do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 435,00	R\$ 10.875,00
07	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ II: Tobogã inflável, confeccionado em lona de alta resistência, com <u>altura de cerca 2,4m, que suporte cerca de 150KG, com dimensões mínimas de 3x2,1m (CxL).</u> Destinados a crianças de até 4 (quatro) anos. Deverá acompanhar moto do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 390,00	R\$ 9.750,00
08	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ III: Tobogã inflável, confeccionado em lona de alta resistência, com <u>altura de cerca 4,2m, que suporte cerca de 150KG, com dimensões mínimas de 7x3m (CxL).</u> Destinados a crianças de até 4 (quatro) anos. Acompanha castelinho com piscina de bolinha. Deverá acompanhar moto do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 540,00	R\$ 13.500,00
09	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ IV: Tobogã inflável, confeccionado em lona de alta resistência, com <u>altura de cerca 5,5m, que suporte cerca de 200KG, com dimensões mínimas de 7x3,5m (CxL).</u> Destinados a crianças de até 4 (quatro) anos. Acompanha castelinho com piscina de bolinha. Deverá acompanhar moto do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 533,33	R\$ 13.333,25
10	LOCAÇÃO DE MULT PARK I: Brinquedo inflável, do tipo mult park, confeccionado em lona de alta resistência, com reforço em tela de poliéster ou material equivalente, <u>que suporte cerca de 180KG, com dimensões mínimas de 5x4x2,2m (CxLxA).</u> Deverá acompanhar motor do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 476,67	R\$ 11.916,75
11	LOCAÇÃO DE MULT PARK II: Brinquedo inflável, do tipo mult park, confeccionado em lona de alta resistência, com reforço em tela de poliéster ou material equivalente, <u>que suporte cerca de 250KG, com dimensões mínimas de 6x6x2,2m (CxLxA).</u> Deverá acompanhar motor do tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 611,67	R\$ 15.291,75



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



12	LOCAÇÃO DE FUTEBOL DE SABÃO: Brinquedo inflável, do tipo futebol de sabão, confeccionado em lona de alta resistência, <u>com dimensões mínimas de 8x4x2,2 (CxLxA), que suporte cerca de 300KG</u> . Deverá acompanhar motor tipo soprador para inflar. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 733,33	R\$ 18.333,25
13	LOCAÇÃO DE CANHÃO DE ESPUMA: Equipamento, do tipo canhão de espuma, contendo tripé resistente, com mangueiras para conexão e bomba d'água. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 456,67	R\$ 11.416,75
14	LOCAÇÃO DE PIPOQUEIRA: Pipoqueira, do tipo industrial, com funcionamento elétrico. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 278,33	R\$ 6.958,25
15	LOCAÇÃO DE MÁQUINA PARA ALGODÃO DOCE: Máquina de algodão doce, do tipo industrial, com funcionamento elétrico. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 278,33	R\$ 6.958,25
16	LOCAÇÃO DE TOMBO LEGAL: Brinquedo do tipo Tombo Legal, bi volt automático, confeccionado em lona de alta resistência (PVC laminado, mínimo 0,50 mm), com costura eletrônica ou solda térmica reforçada. Dimensões mínimas de 1,80m x 1,60m x 2,10m (CxLxA). Destinado para crianças de até 2 (dois) anos. Deverá suportar peso máximo de 100KG. O equipamento deve possuir plataforma central acolchoada e hastes giratórias revestidas com material macio, adequado para uso infantil. O item deverá estar em perfeitas condições de uso e de higiene. A locação inclui todos os custos de transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada. Monitor incluso no serviço. Diária de 4 (quatro) horas.	SERVIÇO	25	R\$ 408,33	R\$ 10.208,25
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:					R\$ 165.291,50

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será regido em edital na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Bens que possuam em sua fabricação elementos/critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. A presente contratação não indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de contratação de marca ou produto

1. Nesta contratação a Administração não impedirá a utilização de nenhuma marca para a efetiva execução da prestação do serviço.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. Prestação de serviço futura, eventual e parcelada do objeto, conforme demanda do Município de São Geraldo/MG, a ser executada conforme Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras;
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no local indicado na ordem de serviço.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.4. Início da execução do objeto: 02 (dois) dias após emissão de Ordem de Serviço, através do setor de Compras do Município.

5.5. Considera-se como data do recebimento da OS:

- O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de Ordem de Serviço enviada por e-mail;
- O dia do recebimento da correspondência, no caso de Ordem de Serviço enviada por meio postal.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Art.36 DECRETO Nº 388/2023 DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 e também dos artigos: 40 inciso I; Art.49; Art.92 incisos V, VI; Art.141 e seus incisos e parágrafos e por fim Art. 146 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, além de levarem em consideração a LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

7.8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Art.36 DECRETO Nº 388/2023 DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 e também dos artigos: 40 inciso I; Art.49; Art.92 incisos V, VI; Art.141 e seus incisos e parágrafos e por fim Art. 146 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, além de levarem em consideração a LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.
- 7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado da **Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023**.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

a) Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento, seja parcial/total, conforme as regras previstas no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM
- 8.2. A proposta da empresa licitante deverá incluir todos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outras despesas para o fornecimento do objeto.
- 8.3. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o endereço eletrônico para qual poderão ser encaminhadas as Ordens de Fornecimento, bem como a Administração manterá como canal de comunicação oficial.
- 8.4. No modelo de proposta também deverá ser indicado o responsável pelo atendimento comercial ao Município, contendo nome completo do responsável, telefone fixo, telefone celular, e-mail e dados bancários para pagamento.

Exigências de habilitação

- 8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais e Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação está evidenciado no anexo de pesquisa de preço consolidada, juntada aos autos do processo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.
- 10.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária juntada aos autos do processo pela Contabilidade do Município.
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 10.4. O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

São Geraldo/MG, 07 de janeiro de 2025.

Mônica Maria Medina Fagundes
Gestora de Contrato